



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

CONTRATO N. 114/2007

Contrato para fornecimento de publicações nacionais, autorizado pelo Senhor Eduardo Cardoso, Secretário de Administração e Orçamento, à fl. 258 do PREGÃO N. 26/2007, que entre si fazem o Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina e a empresa PMK Distribuidora de Livros Ltda. ME, em conformidade com as Leis n. 10.520, de 17 de julho de 2002, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.078, de 11 de setembro de 1990, Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006, e pelo Decreto n. 5.450, de 31 de maio de 2005.

Pelo presente instrumento particular, de um lado o TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA, órgão do Poder Judiciário da União, inscrito no CNPJ sob o n. 05.858.851/0001-93, com sede na Rua Esteves Júnior, n. 68, nesta Capital, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, neste ato representado por seu Secretário de Administração e Orçamento, Senhor Eduardo Cardoso, inscrito no CPF sob o n. 017.461.409-84, residente e domiciliado em São José/SC e, de outro lado, a empresa PMK DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA. ME, estabelecida nesta Capital, inscrita no CNPJ sob o n. 07.588.710/0001-23, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo seu Representante Legal, Senhor Paulo Roberto Manger Knoll, inscrito no CPF sob o n. 343.881.259-20, residente e domiciliado nesta Capital, tem entre si ajustado Contrato para fornecimento de publicações nacionais, firmado de acordo com as Leis n. 10.520, de 17 de julho de 2002, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.078, de 11 de setembro de 1990, Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006, Decreto n. 5.450, de 31 de maio de 2005, e com o PREGÃO N. 26/2007, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente Contrato tem como objeto o fornecimento e entrega de publicações nacionais, conforme características a seguir descritas:

1.1.1 Direito (todas as áreas – legislação, jurisprudência e doutrina);

1.1.2 Filosofia;

- 1.1.3 Biblioteconomia;
- 1.1.4 Arquivística/Museologia;
- 1.1.5 Documentação/Normas Técnicas;
- 1.1.6 Recursos Humanos.

PARÁGRAFO ÚNICO

O fornecimento das publicações obedecerá ao estipulado neste Contrato, bem como às disposições do PREGÃO N. 26/2007, de 04/09/2007, além das obrigações assumidas na proposta apresentada pela Contratada em 4 de setembro de 2007, por meio do sistema COMPRASNET, e dirigida ao Contratante, contendo o percentual de desconto sobre o objeto que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste Contrato, no que não o contrariem.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O Contratante pagará à Contratada, pelo fornecimento das publicações objeto deste Contrato:

2.1.1. para o item descrito na subcláusula 1.1.1, o valor constante do catálogo ou tabela de preços da editora com o desconto de 37,72% (trinta e sete vírgula setenta e dois por cento);

2.1.2. para o item descrito na subcláusula 1.1.2, o valor constante do catálogo ou tabela de preços da editora com o desconto de 28,88% (vinte e oito vírgula oitenta e oito por cento);

2.1.3. para o item descrito na subcláusula 1.1.3, o valor constante do catálogo ou tabela de preços da editora com o desconto de 29,52% (vinte e nove vírgula cinquenta e dois por cento);

2.1.4. para o item descrito na subcláusula 1.1.4, o valor constante do catálogo ou tabela de preços da editora com o desconto de 28,72% (vinte e oito vírgula setenta e dois por cento);

2.1.5. para o item descrito na subcláusula 1.1.5, o valor constante do catálogo ou tabela de preços da editora com o desconto de 15,62% (quinze vírgula sessenta e dois por cento);

2.1.6. para o item descrito na subcláusula 1.1.6, o valor constante do catálogo ou tabela de preços da editora com o desconto de 30,76% (trinta vírgula setenta e seis por cento).

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE ENTREGA

3.1. O prazo de entrega das publicações descritas na Cláusula Primeira é de, no máximo, 20 (vinte) dias úteis, a contar do recebimento, pela Contratada, da solicitação do setor requisitante.

CLÁUSULA QUARTA - DA ALTERAÇÃO

4.1. Este instrumento poderá ser alterado na ocorrência de quaisquer dos fatos estipulados no artigo 65 da Lei n. 8.666/1993.

CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento será feito em favor da Contratada, mediante depósito bancário, após a entrega do objeto, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, a qual será conferida e atestada pelo setor competente.

5.2. O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de 5 (cinco) dias úteis após o recebimento definitivo do objeto, pelo setor competente, desde que não haja fator impeditivo imputável à Contratada.

5.3. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

5.4. É condição para o pagamento do valor constante da Nota Fiscal/Fatura, a prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e com as contribuições para a Previdência Social (INSS).

CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. As despesas decorrentes do presente Contrato correrão à conta do Programa de Trabalho 02.122.0570.2272.0001 - Gestão e Administração do Programa, Elemento de Despesa 4.4.90.52 - Equipamentos e Material Permanente, Subitem 18 - Coleções e Materiais Bibliográficos.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO EMPENHO DA DESPESA

7.1. Foi emitida a Nota de Empenho Estimativa n. 2007NE001106, em 18/09/2007, no valor de R\$ 20.132,02 (vinte mil, cento e trinta e dois reais e dois centavos), para a realização da despesa.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. O Contratante se obriga a:

8.1.1. efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições, no preço e no prazo estabelecidos nas Cláusulas Segunda e Quinta deste Contrato;

8.1.2. promover, através de seu representante, o servidor titular da função de Chefe da Seção de Biblioteca, ou seu substituto, a fiscalização deste Contrato, em conformidade com o art. 67 da Lei n. 8.666/1993.

8.1.3. efetuar o recebimento definitivo em até 10 (dez) dias úteis, após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela Contratada.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. A Contratada ficará obrigada a:

9.1.1. entregar as publicações no prazo e demais condições estipuladas na proposta;

9.1.2. entregar as publicações na sede do TRESA, localizado na Rua Esteves Júnior, n. 68, Centro, nesta Capital, na Coordenadoria de Material de Patrimônio, situada no 5º andar, no horário das 13 às 19 horas, sem que isso implique acréscimo no preço constante da proposta; Se constatada qualquer irregularidade, a empresa deverá substituí-las, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis;

9.1.2.1. estando em mora a Contratada, o prazo para substituição de que trata a subcláusula 9.1.2 não interromperá a multa por atraso prevista na subcláusula 10.4.

9.1.2.2. em caso de substituição das publicações, conforme previsto na subcláusula 9.1.2, correrão à conta da Contratada as despesas decorrentes da devolução e nova entrega.

9.1.3. a cada entrega de livros, apresentar cópia do catálogo ou tabela de preços da respectiva editora, para confirmação do valor a ser faturado;

9.1.4. manter a Biblioteca informada sobre os últimos lançamentos das principais editoras que publicam títulos de seu interesse;

9.1.5. não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto contratado, sem prévia anuência do Contratante;

9.1.6. manter durante a execução do Contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no PREGÃO N. 26/2007.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

10.1. Se a Contratada descumprir as condições deste Contrato ficará sujeita às penalidades estabelecidas nas Leis n. 10.520/2002 e 8.666/1993 e no Decreto n. 5.450/2005.

10.2. Nos termos do artigo 7º da Lei n. 10.520/2002 e do artigo 28 do Decreto n. 5.450/2005, se a Contratada, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no edital e no contrato e das demais cominações legais:

- a) impedida de licitar e contratar com a União; e,
- b) descredenciada no SICAF pelos órgãos competentes.

10.2.1. As sanções estabelecidas na subcláusula 10.2 são de competência da autoridade máxima deste Tribunal.

10.3. Para os casos não previstos na subcláusula 10.2 poderão ser aplicadas à Contratada, conforme previsto no artigo 87 da Lei n. 8.666/1993, nas hipóteses de inexecução total ou parcial deste Contrato, as seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total estimado do Contrato;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos; e
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

10.3.1. A sanção estabelecida na alínea “d” da subcláusula 10.3 é de competência do Presidente do TRESA.

10.4. Em conformidade com o artigo 86 da Lei n. 8.666/1993, o atraso injustificado na entrega do objeto deste Contrato sujeitará a Contratada, a juízo da Administração, à multa de 0,5% (meio por cento) ao dia, sobre o valor concernente aos livros em atraso, a partir do dia imediato ao vencimento do prazo estipulado para a entrega.

10.4.1. Os atrasos superiores a 30 (trinta) dias serão considerados como inexecução total do Contrato.

10.5. Da aplicação das penalidades definidas nas subcláusulas 10.3, alíneas “a”, “b” e “c” e 10.4 caberá recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação.

10.6. O(s) recurso(s) será(ão) dirigido(s) ao Diretor-Geral, por intermédio do

Secretário de Administração e Orçamento, que poderá rever a sua decisão em 5 (cinco) dias úteis, ou, no mesmo prazo, encaminhá-lo, devidamente informado, ao Diretor-Geral, para apreciação e decisão, no mesmo prazo.

10.7. Da aplicação da penalidade de declaração de inidoneidade, prevista na alínea “d” da subcláusula 10.3, caberá pedido de reconsideração, apresentado ao Presidente do TRESA, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da data da intimação do ato.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - DO VALOR ESTIMADO

11.1. O valor total estimado do presente Contrato é de R\$ 20.132,02 (vinte mil, cento e trinta e dois reais e dois centavos), sendo dividido da seguinte forma:

11.1.1. Direito (todas as áreas – legislação, jurisprudência e doutrina) – R\$ 19.306,80 (dezenove mil, trezentos e seis reais e oitenta centavos);

11.1.2. Filosofia - R\$ 142,24 (cento e quarenta e dois reais e vinte e quatro centavos);

11.1.3. Biblioteconomia – R\$ 281,92 (duzentos e oitenta e um reais e noventa e dois centavos);

11.1.4. Arquivística/Museologia – R\$ 178,20 (cento e setenta e oito reais e vinte centavos);

11.1.5. Documentação/Normas Técnicas – R\$84,38 (oitenta e quatro reais e trinta e oito centavos);

11.1.6. Recursos Humanos – R\$ 138,48 (cento e trinta e oito reais e quarenta e oito centavos);

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA – DA RESCISÃO

12.1. Este Contrato poderá ser rescindido nos termos da Lei n. 8.666/1993.

12.2. Nos casos de rescisão, previstos nos incisos I a XI e XVIII do artigo 78, sujeita-se, a Contratada, ao pagamento de multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total estimado do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

13.1. O presente Contrato vigorará durante o exercício financeiro de 2007, não podendo ser prorrogado devido à vinculação ao crédito orçamentário anual.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA - DA PUBLICAÇÃO

14.1. Incumbirá ao Contratante providenciar, à sua conta, a publicação deste Contrato e de todos os Termos Aditivos a ele referentes, no Diário Oficial da União, no prazo previsto pela Lei n. 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA - DO FORO

15.1. Para dirimir as questões oriundas do presente Contrato, será competente o Juízo Federal da Capital do Estado de Santa Catarina.

E, para firmeza, como prova de haverem, entre si, ajustado e contratado, depois de lido e achado conforme, é firmado o presente Contrato pelas partes e pelas testemunhas abaixo, que a tudo assistiram, dele sendo extraídas as cópias necessárias para a sua publicação e execução.

Florianópolis, 26 de setembro de 2007.

CONTRATANTE:

EDUARDO CARDOSO
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

CONTRATADA:

PAULO ROBERTO MANGER KNOLL
REPRESENTANTE LEGAL

TESTEMUNHAS:

SALÉSIO BAUER
COORDENADOR DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

ILENIA SCHAEFFER SELL
COORDENADORA DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO